

POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE NA ENTRADA DO TERCEIRO MILÊNIO: EM BUSCA DE UMA NOVA ÉTICA

HELIANA COMIN VARGAS

Encontro Nacional de Estudos Populacionais. População, Globalização e Exclusão. 1998 ABEP, Caxambú.

Pour des êtres qui sont démunis de tout, il ne reste que l'éthique pour les autoriser à être.¹

Introdução

A história da humanidade é, na verdade, a luta do homem pela sua sobrevivência. E, o seu primeiro grande desafio esteve sempre voltado a compreensão e domínio do seu ambiente natural.

No entanto, este binômio população-meio ambiente, mesmo sendo uma relação muito antiga, nem sempre foi devidamente percebido e analisado. Esta relação tem se alternado, através do tempo, no que se refere ao domínio de uma das partes sobre a outra e à importância dada a cada uma delas. Talvez, em busca de um difícil equilíbrio.

Desde cedo, e com maior ênfase a partir do séc. XVII, duas correntes de pensamento foram sendo construídas, dividindo-se na defesa de cada uma das partes: a antropocêntrica e a biocêntrica (ecocêntrica). A primeira, coloca o homem como o centro do universo, onde a natureza não tem valor em si, mas, constitui-se numa reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem. A Segunda, defende que o homem se insere na natureza como qualquer ser vivo, e o mundo natural tem valor em si mesmo.

Na verdade, a grande discussão sempre esteve voltada para as questões de proteção do mundo selvagem e o crescimento

¹ CASTILLO, Monique. De la bioéthique à la éthique. Esprit, Jullet, 1995, p.105.in: Lasonde, 1996.

populacional. Estes foram sempre os divisores de água nos movimentos e nos vários enfoques ambientalistas.

No entanto, na entrada para o terceiro milênio, parece evidente que a problemática malthusiana, voltada ao equilíbrio entre o número de seres humanos e os recursos disponíveis na natureza, deixou de ser apenas de ordem quantitativa. No seu lugar, pode ser visualizado uma nova problemática cujo fundamento passa a ser muito mais normativo e qualitativo, isto é, ético.

Na verdade, segundo Lassonde (1996), o surgimento da questão ética sobre os debates contemporâneos provem, entre outros, do fato de que nós estamos num ponto da história onde "os homens podem ser individualmente inocentes e coletivamente responsáveis, todos vítimas e culpados ao mesmo tempo".(Lassonde, 1996 p. 215)

Assim, para a compreensão deste processo de mudança de enfoque, uma análise retrospectiva da atenção direcionada às questões de ordem demográfica e ambiental e de como os vínculos entre elas tem sido estabelecidos, nos pareceu um ponto de partida interessante. Esta é pois a proposta do presente trabalho.

Iniciando o debate com Malthus

A publicação do "Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society" por Robert Malthus", em 1798, marca o início formal de uma discussão, meramente quantitativa, entre a utilização dos recursos naturais, (que crescia em progressão aritmética na razão um), e o aumento da população, (crescendo em progressão geométrica na razão dois).

Malthus argumentava ² que dado a paixão entre os sexos, a necessidade de se alimentar, o deliberado aumento de população quando aumentam os meios de subsistência e o declínio da

² A lei de Malthus, é cuidadosamente enunciada em três proposições: a) a população é necessariamente limitada pelos meios de subsistência; b) a população aumenta sempre que aumentam os meios de subsistência, a menos que qualquer circunstância imprevista detenha esse crescimento; c) os cataclismos que fazem com que a população se mantenha em nível adequado aos meios de subsistência resumem-se todos a coibições, vício e miséria. MALTHUS, T.R. Essay in population. Edição Every man, vol I, pags 18-19. in ROLL, Erich. Panorama da ciência econômica. Comos, Lisboa, 1950.

produtividade do solo, atingir-se-ia um ponto em que o aumento da população ultrapassaria o aumento da produção de subsistências. (Roll, 1950)

Segundo ele, os excedentes populacionais deveriam, portanto, serem evitados através de medidas repressivas e preventivas. Nas primeiras medidas incluíam-se as guerras, a fome e as pestes, pelo aumento da taxa de mortalidade que delas decorrem. Nas segundas encontram-se os vícios e a depravação que ajudam na diminuição da taxa de natalidade. Desencorajava a multiplicação dos seres humanos e colocava-se, então, contrário a elevação do nível de vida dos pobres, por acreditar que essa situação mais promissora induziria a um aumento da população. (Roll, 1950)

O contexto socio-econômico vivenciado por Malthus teve, sem dúvida, influência sobre essa sua leitura. Já no final do séc. XIX e até a I Guerra Mundial a população de todos os países aumentam numa proporção sem precedentes. (Burns 1966) Este fenômeno foi ainda mais perceptível na Inglaterra, do início do séc. XIX, berço da I Revolução Industrial.

Estando bem de acordo com a ideologia do sistema de produção Inglês do período, as idéias de Malthus tiveram repercussões generalizadas, principalmente nas questões do trabalho e da sua remuneração.

Defendia que a pobreza era resultado da preguiça e o desemprego uma situação que devia ser transformada na mais desagradável possível. O aumento de salários, por sua vez, significava aumento da reprodução humana. (Samuelson, 1968)

Embora o movimento de controle da natalidade seja chamado de neomalthusianismo, Malthus que era um sacerdote dos princípios do século XIX, defendia apenas o controle moral, com o prudente adiamento de casamentos. (Samuelson, 1968)

No que se refere ao aumento dos meios de subsistência, a base real da sua teoria da população é constituída pela “lei dos rendimentos decrescentes”. Esta lei considera que a partir de certo limite, qualquer aumento de capital ou trabalho em determinada extensão de terra,

responde por aumentos menos do que proporcionais no produto total. Este fato passa a exigir, cada vez mais, a incorporação de novas extensões de terras, de qualidade cada vez pior, no processo de produção. (Roll, 1950)

No entanto, a discussão da lei dos rendimentos decrescentes de Malthus jamais chegou a antecipar plenamente os milagres da segunda revolução industrial.³

O predomínio da visão antropocêntrica

Na verdade, até o início do século XIX, não haviam surgido idéias preservacionistas (ecocêntricas) do ambiente natural, ocorrendo, ao contrário, uma valorização exclusiva do mundo natural domesticado e dos campos de cultivo.⁴ (Diegues, 1996)

Para a mudança dessa mentalidade contribuíram o avanço da história natural e o forte processo de urbanização induzido pela revolução industrial que passou a responder pela má qualidade do ar, do congestionamento e da insalubridade nas aglomerações urbanas então criadas, tornando-as insuportável e irrespirável. A contemplação da natureza selvagem com possibilidade de isolamento espiritual passa a ser, então, uma aspiração da sociedade. (Diegues, 1996)

³ Por volta de 1860 a revolução industrial entrou numa nova fase, tão diferente da que a precedera que os historiadores propõe chamá-la de Segunda Revolução Industrial. (BURNS, 1966). A primeira revolução industrial implicou na utilização gradual do uso de máquinas; o emprego de homens, mulheres e crianças em fábricas; bem como; numa transformação significativa da população formada por trabalhadores agrícolas numa população dedicada à produção fabril. A Segunda, foi mais profundamente científica, mais rápida no seu impacto, muito mais prodigiosa em seus resultados e bastante mais revolucionária em seus efeitos sobre a vida e perspectivas das pessoas. BARRACLOUGH, 1964

⁴ Na Europa Ocidental a domesticação de animais era considerada como o ápice da humanização, onde, por exemplo, entregar gado aos indígenas do Novo Mundo era integrá-los na civilização. Além disso, segundo Thomas (1983), a palavra animal passou a ser sinônimo de indivíduos que não se comportavam como civilizados, dentre os quais incluíam-se: os pobres, as mulheres, os jovens, os deficientes. (Diegues, 1996)

Este mesmo desejo, manifesta-se também nos escritores românticos que viam a natureza como lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do Paraíso perdido⁵ e da beleza⁶. (Corbin, 1989)

Pode-se dizer que o resultado dessas idéias então surgidas, responderam pela criação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone, nos EUA, em meados do século XIX, (1872) .

A noção de “wilderness”(vida natural/selvagem) inerente à criação dos parques, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste decorrente do então consolidado capitalismo americano. (Nash, 1989).

Na criação do Yellowstone pelo Congresso americano, ficara determinado, também, que a região fosse preservada e proibido qualquer uso que não o de parque público ou área de recreação em benefício do “povo”. Qualquer outra ocupação seria considerada ilegal e passível de remoção. (Diegues, 1996)

No entanto, esta exaltação inicial da natureza, que será a base das idéias preservacionistas, esteve diretamente voltada às necessidades do homem, isto é, como fator importante para a melhoria da qualidade de vida dos humanos.

No entanto, segundo Kempf(1993), este parque não foi criado em uma região vazia, mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock..

A noção de wilderness, como colocada, não deixou de ser alvo de crítica desde seu início, principalmente pela população indígena remanescente. Na verdade, contradizia a própria noção biocêntrica, ao não considerar as populações autoctones como parte integrante do meio natural.

⁵ A idéia de paraíso perdido incorporada no conceito de parques típica dos primeiros conservacionistas americanos, pode ter suas origens no mito do paraíso terrestre”, próprio do cristianismo. (Diegues, 1996)

⁶ A ilha de Robinson Crusóé, descrita por Daniel Defoe, no século XVIII, representa a síntese da simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem. (Diegues, 1996)

No entanto, difícil também seria se contrapor a ideologia dominante onde, conforme mencionado por Thomas (1983) índios, pobres, mulheres, jovens e deficientes, não eram considerados civilizados.

Assim, o ambiente natural passava, então, a ser visto não apenas como fonte de subsistência material, mas também, como elemento importante na recuperação física e psicológica dos seres humanos, frente a um forte processo de deterioração das condições de vida no ambiente urbano. Não deixando, entretanto, de ser elitizado e seletivo.

O modelo Yellowstone permaneceu através dos séculos servindo ainda hoje de modelo às políticas ambientais de preservação da natureza.⁷ (Diegues, 1996)

Pode-se então destacar, em termos teóricos, no século XIX, duas visões ambientais predominantes no EUA. A preservacionista, liderada por John Muir e as de conservação dos recursos naturais por Gifford Pinchot. (Diegues, 1996)

Segundo John Muir a base do respeito à natureza era o seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Essas idéias, segundo as quais o homem não poderia ter direitos superiores aos animais (depois chamadas de biocêntricas), ganharam um apoio científico da história natural, em particular da teoria da evolução, de Charles Darwin (1809-1882). De acordo com Nash (1989), estas teorias que colocavam o homem de volta na natureza, tornaram-se fontes importantes do ambientalismo e da ética ambiental. (Diegues, 1996)

Com relação ao pensamento conservacionista, Gifford Pinchot defendia que a conservação dos recursos⁸ pressupunha um uso

⁷ Destaque-se o fato de que o "Wilderness Act" de 1964, nos EUA, também define áreas selvagens (unidades de conservação) como as que não sofrem ação, onde o homem é visitante e não morador.

⁸ Recursos podem ser definidos como todo o depósito de material (mineral ou vegetal) para o qual existe um uso, podendo ou não ser explorado lucrativamente. Os recursos podem, portanto, ser conhecidos, mesmo que não economicamente ou tecnologicamente exploráveis, ou eles podem ser imaginados existir, mesmo sem ainda terem sido descobertos. O conceito de recurso é, portanto, cultural e funcional, na medida em que não se relaciona com propriedades físicas, mas com um rol de fatores sócio-culturais. O termo recurso não se aplica sobre um material ou objeto, mas ao valor colocado sobre o material, devido a função que ele pode desempenhar na sociedade. A parte do estoque de recursos capaz de ser explorado lucrativamente, sob condições políticas e

racional. .Neste sentido, acreditava que a conservação da natureza deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. (Diegues, 1996)

Na verdade, durante quase todo o século XIX a noção dominante , era a existência de recursos naturais ilimitados. A noção antropocêntrica era dominante e no contexto geográfico, o progresso era sinônimo de crescimento, desenvolvimento e conquista da natureza. (Nash, 1989).

O debate demográfico durante o período que vai de meados do séc.XIX e meados do século XX, se resume à Europa e se desenvolve dentro de um contexto de guerra e de crenças de despovoamento. As primeiras conferências e reuniões científicas internacionais sobre o tema consagraram os laços entre a evolução demográfica e a higiene. Posteriormente, avançaram no sentido dos estudos dos fenômenos demográficos e da evolução das sociedades.(Lassonde 1996)

Na verdade, o grande desenvolvimento tecnológico e científico da primeira metade do século XX deslocou as curvas de possibilidade de produção para fora e tornou possível um melhor padrão de vida para um maior número de pessoas, ainda que os progressos médicos estivessem prolongando a vida humana e diminuindo ainda mais os obstáculos positivos ao controle da população. Tampouco imaginara Malthus que após 1870, na maioria das nações ocidentais, inclusive EUA, a fertilidade da família medida pelo número real de filhos iria começar a não corresponder à fecundidade da família, ou capacidade biológica de reprodução (Samuelson, 1968)

No entanto , como resultado da ocupação intensa do território nacional americano, a preocupação com a proteção ambiental vai adquirindo importância, destacando-se três idéias básicas no movimento ambiental da Era do Progresso de Theodore Roosevelt (1901-1909): a eficiência quanto ao uso dos recursos (conservacionista); a equidade no acesso aos recursos (distributiva); e, a beleza estética para

econômicas vigentes e com a tecnologia disponível é conhecido como reserva. As reservas são, por sua vez, definidas, portanto , mais por critérios econômicos do que físicos. Os recursos não são, eles se tornam.(Healey, 1990)

amenizar as tensões sofridas nas áreas urbanas, (preservanista)
(Diegues, 1996)

Ao término da I guerra mundial, os homens ainda temiam a superpopulação e a queda tornou-se vertiginosa depois da Grande Depressão, mas a crise de nascimentos ficou algum tempo escondida.(Samuelson, 1968)

Após a II guerra mundial as taxas de fertilidade começaram a aumentar novamente.

O século XIX foi cenário de uma série de iniciativas para ampliar o movimento conservacionista que culminam com o II Congresso Internacional para Proteção da natureza em 1932, esforço interrompido pela Segunda Guerra mundial.(Bressan, 1996)

Os encontros mundiais são retomados na Suíça, em 1946, onde é criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Esta organização tinha como objetivo a promoção de ações de cunho científico, de modo a garantir a preservação destes recursos, dos quais todos os seres vivos dependem, não apenas por seus valores culturais e científicos intrínsecos, mas também para o bem estar econômico e social da humanidade.
(Bressan, 1996)

Do lado dos preservacionistas, nas décadas de 40 e 50 , os ecólogos agregam-se ao movimento de proteção da natureza, produzindo obras importantes, prioritariamente sobre o enfoque da ruptura do equilíbrio natural causada por entes abstratos, “o homem ou a civilização”.
(Bressan, 1996)

Outras teorias desenvolvidas posteriormente , como a de Aldo Leopold (1959), reafirmavam este conceito biocêntrico no final da década de 40. Segundo ele “uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Essa comunidade inclui o solo, a água, a fauna e flora, como também as pessoas. É incorreto quando tende para uma outra coisa”. (Aldo Leopold ,1949 pg 224-5)

Na verdade, a inclusão das pessoas , através da expressão “também as pessoas” parece ser uma concessão dentro da comunidade biótica.

Ainda dentro da escola preservacionista, outros estudiosos evoluíram nas discussões porém, sempre considerando o aspecto ético. Segundo Krutch, 1958 a modificação da natureza era benéfica até o ponto em que não interferisse no ecossistema como uma todo. (Diegues, 1996)

O predomínio da visão biocêntrica

O fim da Segunda Guerra mundial marca uma virada no tratamento das questões demográficas, tanto no plano científico como político , principalmente, pela entrada em cena dos EUA como principal protagonista.

O crescimento da população previsto para os próximos 25 anos revestira-se de uma importância que transcendia as considerações econômicas e sociais. Ele colocava-se no coração de nossa existência. (ONU, 1959)

Estas palavras atestavam já em 1959, a tomada de consciência, por alguns, da necessidade de compreender a evolução demográfica em estreita relação com a transformação dos modos de vida, das escolhas da sociedade e da dinâmica das relações entre os povos.(Lassonde, 1996)

A partir de 60, a questão de degradação ambiental começa a se apresentar como um problema evidente.

Se para Malthus a miséria era capaz de conter a aumento demográfico, a situação no século 20 era que o aumento da população levava à pobreza e, conseqüentemente, à degradação ambiental.

Os conflitos entre as três escolas continuaram, visivelmente divididos entre a escola preservacionista, que influenciou sensivelmente o movimento ambientalista dos anos 60 e 70, e a conservacionista que defendia a eficiência no uso dos recursos naturais. A terceira escola, a distributiva, que lutava por uma distribuição mais equitativa dos

recursos naturais, foi a que teve menos êxito devido a ausência de movimentos sociais fortes nos EUA. (Diegues, 1996)

Os anos 60 marcaram, então, o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”. Esse novo movimento partia de ativistas que iniciaram uma crítica à sociedade tecnológica-industrial, de consumo, cerceadora das liberdades individuais, (em ambos os sistemas, capitalista e socialista), homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza.. (Diegues, 1996)

As questões ecológicas passaram a ser uma das bandeiras de luta, ao lado do antimilitarismo/pacifismo, direitos das minorias etc. Elas tiveram também grande influência da “contra-cultura, vigorosa nos anos 60 e que se constituiu uma das inspirações do movimento hippie. (Diegues, 1996)

Esse novo ecologismo foi profundamente marcado pela “Futurologia”, pelo profetismo alarmista: o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais, a superpopulação humana, a poluição ecocida; as tecnologias, a guerra nuclear, a ciência dominada pela tecnocracia.opressiva.⁹ (Diegues, 1996)

A degradação ambiental conduziu à tomada de consciência de que o planeta é finito e dos limites da natureza aos ataques do homem. Huper Greppin (1984), coloca que no passado o homem comportou-se como uma bactéria colocada em cultura procurando ocupar todos os espaços disponíveis e utilizar tudo o que encontrava. A longo prazo, o homem não poderá sobreviver sobre a terra, na medida que não souber respeitar os limites físico-químicos e biológicos que assegurem a sua sobrevivência, enquanto espécie. Três lógicas entram em jogo nesta dinâmica: a lógica planetária regendo o clima , tributário dos ciclos biogeoquímicos, hidrológicos e oceanógrafos; a lógica do funcionamento dos ecossistemas ao qual pertencem as plantas e os animais; e, a lógica da antroposfera regida pelos diferentes projetos de sociedade elaborados pelos humanos, cada um

⁹ Na verdade, este movimento chegou mesmo a propor um movimento de ruralização, num modelo de retorno ao convívio das sociedades primitivas. (Diegues, 1996)

caracterizado por uma estrutura sociocultural, um modo de produção e de impactos ambientais específicos.

A discussão sobre os laços entre o crescimento da população e os recursos naturais funda-se sobre a noção de população limite. Isto é, que existe no planeta limites absolutos. Hubert Greppin situa este limite entre 10 e 30 bilhões de seres humanos tendo como base três elementos principais: a temperatura, a biomassa e o oxigênio. A relação crescimento populacional-recursos é colocada como uma equação cujo resultado ideal deveria ser um equilíbrio entre os dois. Sobre esta base construiu-se o mito de uma população mundial ótima e de equilíbrios passados que nunca jamais existiram. (Lassonde,1996)

O processo que reaviva a natureza mitificada tem no naturalista Jean Dorst (1973) e em sua famosa obra “Antes que a Natureza Morra”, uma de suas peças fundamentais. Considera que um “terrível conceito utilitário tomou conta de nós” Só o que serve, o que tem rendimento é que bom. Apela então para a criação e manutenção de reservas ecológicas como verdadeiros santuários, onde o homem, “não existe”.

O retorno ao sagrado é pavimentado por outra característica típica do final dos anos 70: o ecologismo como uma visão de mundo e como modo de vida

Para Carson (1968), o controle da natureza é uma sentença concebida na arrogância, nascida na idade neandertalense da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existia para conveniência do homem. (Diegues, 1996)

Na verdade os anos 70 foram, particularmente, pródigos com relação à revalorização mítica da natureza. É deste período o polêmico Relatório do Clube de Roma, também conhecido como Limites do Crescimento, que preconiza que a manutenção das tendências atuais de crescimento populacional bem como o seu padrão de consumo, em cem anos, os limites de crescimento do planeta seriam atingidos.(Bressan, 1996)

Segundo Benjamin (1990), este documento filia-se à corrente Malthusiana, repassando as suas afirmações, onde a população, quando incontida, aumenta em PG de modo a duplicar-se a cada 25 anos.

No momento, a mais recente palavra de ordem do movimento preservacionista internacional é a preservação da biodiversidade¹⁰

A relação homem-recursos, ou humanidade-natureza é agora, e sempre foi, uma relação dinâmica na qual o homem redefiniu o seu lugar e as modalidades de suas relações em função de múltiplos fatores. Entre estes fatores destacam-se a tecnologia de que ele dispõe e a finalidade que ele imprime a seus atos. (Lassonde, 1996)

O aumento do padrão de vida dos países industrializados, mesmo acompanhados do controle da fecundidade conduziram a um aumento do consumo que afetam diretamente o meio ambiente, tanto no consumo de recursos naturais como na produção de resíduos de toda a ordem. (Lassonde, 1996)

Na verdade, neste momento, a relação homem-natureza começa a deixar de ter um enfoque apenas quantitativo, passando a considerar a questão do ponto de vista qualitativo. Ou seja, mudança nos padrões de consumo e nos valores, podem ser, também, uma atitude importante com relação à proteção ambiental.

Benjamin (1990), também coloca que o limite de utilização de uma ecossistema só é fixo se as forças utilizadas por este grupo forem também fixas.

Quanto às idéias conservacionistas, os conceitos de Pichot contra o desenvolvimento a qualquer custo, tornaram-se importantes, como influenciadoras do período seguinte, aparecendo fortemente nos debates da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972) e na Eco-92, (1992).

¹⁰ Entende-se por biodiversidade ou diversidade biológica a expressão variedade total de genótipos de uma determinada região. MARGALEF, Ramón. Ecologia. Barcelona: Omega, 1974 in Bressan, 1996

Na verdade pode-se dizer que estas foram as idéias básicas do que hoje se chama de desenvolvimento sustentável. A partir deste conceito, o processo de desenvolvimento deveria levar em conta as características das áreas em questão, considerando o uso adequado e racional dos recursos naturais e a aplicação de tecnologias e de formas de organização que respeitem os ecossistemas naturais e os padrões socio-culturais. (Bressan, 1996)

As visões atuais do binômio meio ambiente-população

Segundo Ekersley(1992), as questões da proteção do mundo selvagem e do crescimento populacional são divisores de água nos movimentos e nos vários enfoques ambientalistas. Ele afirma que os chamados “ecocêntricos” tendem a advogar não somente uma diminuição do aumento populacional humano, mas também uma redução dos humanos em número absolutos. Além disso, defendem a criação de áreas naturais protegidas, independentemente da sua utilidade para os homens. Já, a visão antropocêntrica não dá importância à questão do crescimento populacional, afirmando que uma melhor distribuição da riqueza entre ricos e pobres, e a melhoria da qualidade de vida levam a uma diminuição das taxas demográficas. A criação em larga escala de áreas naturais só se justifica pelo benefício que ela traria à humanidade. (Diegues, 1996)

Como já observado anteriormente, as defesas para cada uma destas visões chegam a buscar apoio em conceitos que remontam ao cristianismo oriental e ocidental bem como em diversos filósofos como Descartes, por exemplo.¹¹ (Diegues, 1996)

Atualmente, a visão ecocêntrica é defendida pela teoria a que se chama de ‘Deep Ecology’ , termo cunhado em 1972 pelo filósofo Arne Naess.

Críticas à ecologia profunda afirmam que é impossível pedir ao home que pense como uma montanha. (Porrit e Winner, 1988). Outros como Bookchin, adepto da ecologia social, afirma que a postura desta corrente é neo malthusiana pois, ignora o fato de que os problemas ecológicos tem origem social. Ainda alerta para o perigo do

¹¹ Quanto à esta questão ver Lynn White Jr. “The historical roots of our ecological crisis”,1966.

ecofacismo, embutido em algumas proposições dessa escola. Simonnet (1979) coloca que: A história demonstrou que toda justificação da ordem social pelas leis da natureza serviu ao totalitarismo, (o nazismo se prevaleceu da seleção natural)". (Simonnet, 1979:76)

A Ecologia social, por sua vez, coloca como elemento central que a devastação do planeta é resultado da acumulação capitalista. Defendem, portanto uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção. Na sua definição de ambientalismo, a natureza aparece como um habitat passivo, que deve servir ao uso humanos. (Diegues, 1996)

A Escola conhecida como ecosocialista, através de Gutelman (1974) introduz o conceito de forças produtivas da natureza (fotosíntese, cadeias tróficas) em contraposição à noção de forças produtivas históricas. Skibberg (1974) destaca que a infraestrutura é composta por forças produtivas do trabalho pelas relações sociais, bem como pelas forças produtivas da natureza. De acordo com essa análise, a contradição básica na sociedade capitalista deve incorporar, também, a existente entre forças produtivas históricas e as forças produtivas da natureza. Quando essas não podem mais operar (por exemplo, a capacidade de depuração dos ecossistemas, a fotosíntese), cria-se um impasse para a própria reprodução da sociedade. (Diegues, 1996)

Moscovici (1974) outro defensor desta linha de pensamento dirige suas idéias para uma crítica à oposição entre culturalismo e naturalismo. O culturalismo se apoia sobre a história, a cultura e a sociedade (mais antropocêntrico). Vê na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça à qual a cultura serve como defesa, como terapêutica. O naturalismo, ao contrário, se traduz numa aversão pela sociedade e pela cultura.

O culturalismo, além do princípio de ruptura entre a sociedade e a natureza, onde a sociedade teria todas as qualidades e a natureza todos os defeitos, reflete também uma separação entre o homem natural, selvagem e detentor apenas do pensamento simbólico e mítico, do homem domesticado, em plena posse dos poderes intelectuais, sociais técnicos e científicos. O homem selvagem é um ente distante de nós, primitivo inferior, assim como o camponês a

mulher e a criança. O segundo é um ser superior, distante da natureza.

O naturalismo, por sua vez, afirma a unidade entre homem e natureza, e é ameaçador na medida que é contrário a uma visão antropocêntrica do mundo. (Diegues, 1996)

Segundo Moscovici, o naturalismo estaria em plena mutação deixando de ser uma negação do culturalismo, deixando de ser uma proteção ingênua do mundo natural para a afirmação de uma nova relação entre o homem e a natureza.

Nessa perspectiva, a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não parece ser a melhor estratégia para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e o meio ambiente. (Diegues, 1996)

Considerando a importância homem-ciclos naturais existente nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível. Nessa linha de pensamento, o chamado “turismo ecológico”, realizado em parques e reservas está imbuído do neomito de natureza intocada e selvagem. É ainda mais elitista, do que os primeiros parques americanos, pois reserva-se, fundamentalmente aos que podem pagar tarifas especiais. (Diegues, 1996)

em busca do equilíbrio

Uma síntese possível para este final de século inclui seguramente, considerar o esgotamento de um estilo de desenvolvimento que mostrou-se ecologicamente pedratório, socialmente perverso e politicamente injusto.

A crise de desenvolvimento via transição ecológica constitui marca registrada da sociedade contemporânea, da mesma forma que o padrão antropocêntrico a levou a considerar o progresso e a evolução tecnológica como o seu objetivo principal, sem admitir limites,

A época da Conferência de Estocolmo, 1972 enfatizou-se o caráter global e interdependente da sociedade de fins de século, muito bem sintetizado no próprio título do relatório preparado por Barbara Ward e René Dubos para a conferências: *Uma só Terra*. (CIMA, 1991)

Ainda nesta conferência, outras questões, além das ecológicas foram levantadas, voltadas aos aspectos de igualdade de direitos como a questão racial, o apartheid e o colonialismo. (Bressan, 1996)

O que se esquecera de reforçar é que nem todos os povos ocupam posições semelhantes e nem usufruem em proporções aproximadas do processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, nem todos os povos provocam os mesmos impactos negativos no que concerne à degradação ambiental.

Menos de 20% da população mundial de nível de vida satisfatório consome cerca de 80% das reservas disponíveis. A questão ambiental dos países industrializados refere-se, prioritariamente, ao agravamento da degradação ambiental enquanto, para os países em desenvolvimento, a crise ambiental associa-se muito mais ao esgotamento dos recursos. (CIMA, 1991)

Seguindo esta mesma linha a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento , da Nações Unidas, em 1987 produz o documento denominado *Nosso Futuro Comum*, onde surge a idéia de desenvolvimento sustentável . Este conceito estabelece que “não há limites absolutos , mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividades humana”. (CMMA, 1988 p.9)

A Eco 92 foi a apoteose do ecologismo no sentido estrito de proteção da natureza e, ao mesmo tempo , o ponto de partida para uma série de reflexões e iniciativas concretas visando transformar o processo de produção econômica, repensar o quadro legislativo e iniciar novas relações de parceria entre representantes do poder público , do setor privado, das universidades e das comunidades locais.

Neste mesmo período de 20 anos, as questões demográficas passam a se colocar também no centro do debate político. Entre 1974

e 1994 a ONU organiza três conferências sobre população as quais rompem com o passado altamente técnico no tratamento das. (Lassonde, 1996)

Estas três conferências, no entanto, têm contextos ideológicos bastante diferentes.

A conferência de Bucarest, em 1974, iniciativa dos países industrializados, coloca a questão demográfica dentro da nova ordem econômica mundial onde a questão de redução da fecundidade passava pela crença de uma relação direta com desenvolvimento econômico (Lassonde, 1996)

A conferência do México, em 1984, iniciativa dos países em vias de desenvolvimento, apresentava uma preocupação com os problemas de forte crescimento demográfico. Preocupação esta, que deixava de ser prioritária para os EUA, mais preocupados com os obstáculos ao livre mercado (Lassonde, 1996)

Na conferência do Cairo, os debates dirigem-se para uma outra lógica, marcada, notadamente, pelas questões das desigualdades entre os sexos, pela luta contra a pobreza e, no outro extremo, pelos movimentos de caráter religioso e de identidade.

Da mesma forma que as questões de degradação ambiental passam pela discussão da mudança dos padrões de consumo da sociedade, de seus valores, e níveis de vida mínimos, a conferência do Cairo sobre população também adota princípios de ordem qualitativa.

Nesta conferência as questões populacionais referem-se aos aspectos qualitativos de transmitir uma vida de qualidade, que vai muito além da quantidade de seres humanos e sim, de como eles vivem. Neste sentido as questões mais discutidas cobrem três grandes temas: a reprodução e os direitos que lhe estão associados, os problemas sanitários e a sexualidade; o planejamento familiar, a livre escolha e o perfil dos serviços de anticoncepção; a família sua função social, sua segurança e a relação entre seus membros (Lassonde, 1996)

Com relação ao tratamento anterior dado aos laços entre evolução demográfica e desenvolvimento três aspectos passam a se destacar: o objetivo de durabilidade ou sustentabilidade do sistema econômico, a necessidade de estimular o crescimento econômico para lutar contra a pobreza e o direito ao desenvolvimento. (Lassonde, 1996)

O crescimento econômico aparece juntamente com a luta contra a pobreza como as duas faces de uma mesma estratégia. A luta contra a pobreza aparece, diferentemente do conceito de Malthus, como uma das condições, senão a mais importante na estabilização do crescimento demográfico. Perseguindo, esta mesma lógica, a preocupação volta-se sobre os grupos mais vulneráveis e /ou aos menos favorecidos: as mulheres, as populações autoctones, os idosos, os migrantes, as famílias, as crianças, os desempregados e os deficientes. (Lassonde, 1996)

Considerações finais

Em virtude das evoluções passadas, o planeta precisa estar preparado para acolher uma população mundial que terá quase dobrado daqui para 2050. Não somente os desafios da demografia mudam de ordem de grandeza como também de natureza, pois isto significa pensar e organizar um mundo viável para dez bilhões de seres humanos. (Lassonde, 1996)

A organização socio-econômica, as relações entre indivíduos, entre as gerações, entre os povos, a relação entre homem e natureza, a biodiversidade, assim como a diversidade cultural da humanidade, estão sobre outras considerações.

A tomada de consciência da degradação ambiental detonou uma reflexão sobre os laços entre a lógica econômica que se persegue e a modificação dos grandes equilíbrios planetários que condicionam a sobrevivência da humanidade.

O padrão de vida e os valores dominantes centrados no “ter” característico da sociedade de consumo, mostram que poucos podem responder por boa parte do consumo dos recursos naturais ao mesmo tempo que respondem pela maior parte da degradação ambiental ora

em processo. Não é, apenas a quantidade de seres humanos, que responde pela rápida destruição do planeta, mas também e, principalmente, o seu modo de vida.

O aumento vertiginoso da produtividade, graças a tecnologia, que ampliou espetacularmente a capacidade dos recursos naturais, contrariando durante muito tempo a “lei dos rendimentos decrescentes” e, conseqüentemente, a teoria malthusiana, ironicamente tem tornado o homem, cada vez mais, dispensável para a produção econômica.

Esta situação produz um desemprego massivo nos países do primeiro mundo, e nos países do sul a dinâmica demográfica pode responder pelo aumento dos inúteis, independente da racionalidade econômica. (Lassonde, 1996)

Além disso, a passagem da sociedade industrial para a de serviços, incorpora nas novas frentes de trabalho abertas, uma mão de obra mais qualificada, caindo o ônus, mais uma vez, sobre os despossuídos.

Se deixarmos a economia e a tecnologia ditar as regras do jogo, todos os países parecerão já superpovoados .O nó da questão social hoje é a existência de inúteis no mundo. (Lassonde, 1996)

As crises sociais , econômicas e financeiras, os conflitos de toda a ordem, indicam claramente que as dimensões individuais, socioculturais e macroeconômicas de nosso futuro coletivo estão, cada vez mais, fortemente ligadas. A internacionalização dos mercados, com as trocas de bens e o movimento de capitais que elas implicam, e a mobilidade das pessoas tornam impossível considerar os fatores de mudança no contexto apenas local.

Segundo Lassonde (1996), o dogma religioso, base da leitura e fonte das normas individuais e sociais está caduca. A pluridade de sistemas de pensamento e os novos problemas que o homem é chamado a resolver tornam, também, impossível manter as normas anteriores. A questão da relação entre os homens e, mesmo, entre o homem e a natureza conduzem o debate em direção a fronteiras que numerosos

comitês de ética e de múltiplas reflexões tentam hoje esclarecer melhor.

Outra razão é o descompasso crescente entre a ciência e os costumes, que a bioética torna publicamente mais sensível. Enfim, a ética se impõe como pano de fundo do debate porque nós estamos colocados numa situação onde é necessário fazer escolhas e, somente a ética permite estabelecer as escolhas que nós seremos levados à privilegiar para assumir o futuro do homem e do planeta.

Que escolhas terão que ser feitas ?

Com relação às gerações atuais ficam algumas questões:

Como levar em conta a diversidade entre os indivíduos e entre as culturas?

Como conciliar os diferentes valores de vida que definem as escolhas individuais ou coletivas?

Com relação às gerações futuras abrem-se outras questões:

Como definir os direitos de uma geração futura já que para um direito se aplicar ele necessita de um sujeito?

A partir de que grau as gerações futuras são futuras. Até onde vai a responsabilidade para aqueles que ainda não nasceram ?

Todas estas questões comportam dilemas que alçam hoje o campo da ética. Segundo Paul Ricoeur (pg 214) a política se estabelece na ética: a vontade de um povo do querer-viver junto.

Notas Bibliográficas.

BARRACLOUGH, G. 1964 *Introdução à história contemporânea*. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro.

CASTILLO, Monique. De la bioéthique à l'éthique. *Esprit*, juillet 1995, p. 86.

CIMA. 1991). Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e

Desenvolvimento. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. Secretaria de Imprensa/Presidência da República. Brasília
 CMMMA.(1988) COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBEINTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

CORBIN, A. 1989. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo. Cia da Letras.in: DIEGUES, A.C. 1996. *O mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo

THOMAS, k.1983. O Homem e o mundo natural. Cia das Letras, São Paulo.in: DIEGUES, A.C. 1996. *O mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo

LASSONDE, Louise.1996. *Les Défis de la Démographie. Quelle qualité de vie pour le XXI^e siècle*. La Découverte. Paris.

DIEGUES, A.C. 1996. *O mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo

ONU. *The future growth of world population, 1959, XIII, 2*. In: LASSONDE, Louise. *Les Défis de la Démographie. Quelle qualité de vie pour le XXI^e siècle*. La Découverte. Paris, 1996.

ROLL, Erich.1950. *Panorama da ciência econômica*. Comos, Lisboa, 1950.

SAMULESON, Paul. 1968 *A..Introdução à análise econômica*. Trad. De Luis Carlos Nascimento Silva. Agir, Rio de Janeiro.

. BENJAMIN, Cesar. Nossos verdes amigos. *Teoria&Debate*, São Paulo, n.12,p.6-12, nov.1990 in Bressan

DORST, Jean. *Antes que a Natureza morra*, São Paulo: Edgard Blucher/USP, 1973 In Bressan, 1996

GREPPIN, Hubert 1984 *Anomie écologique et société urbaine. .Médecine et Hygiène*, n^o 42. In: LASSONDE, 1996

TRAGTENBERG, Maurício. *Ecologia versus capitalismo*. *Economia &Desenvolvimento*. São Paulo, v.I, n 2 ,p. 129-137,fev.1982 in Bressan, 1996

HEALEY, (1990) Michael.J. ILBERY, Brian W. Location and Change. Perspective on Economic Geography Oxford University Press. New York.